



O GUAYCURU E A DIVULGAÇÃO DE IDEIAS FEDERALISTAS E REPUBLICANOS NA BAHIA DO PRINCIPIO DO SEGUNDO REINADO

Matheus Brum Domingues Dettmann¹

Resumo: Com o fim da Sabinada, o período que se segue na história baiana é marcado por uma intensa repressão a esta imprensa rebelde, que graças a esta perseguição se desorganiza e perde seu papel de destaque na divulgação de ideais políticos. De fato, a imprensa republicana e federalista somente voltara a ter um meio de divulgação de seus ideais com o surgimento do periódico *Guaycuru* em 1843. Desta forma o *Guaycuru* se colocara como o grande propagandista destes ideais na Bahia pós-sabinada. Contudo, qual era a visão que estes homens tinham destes ideais que eles defendiam tão apaixonadamente, ou seja, como os redatores do *Guaycuru* enxergavam os conceitos de republicanismo e federalismo? Que tipo de pensadores influenciavam as suas concepções políticas? E finalmente, como a defesa de tais ideais dentro da Bahia pode ser entendida no contexto políticos brasileiro? Estas são questões que somente podem ser respondidas através de uma leitura crítica das páginas impressas do *Guaycuru*. Através desta análise, o presente trabalho visa compreender melhor os valores que motivavam a ação política, por meio da imprensa, destes homens.

Palavras-chave: Republicanismo; Federalismo; Bahia; Imprensa.

Introdução

Em seu grande trabalho sobre a história da imprensa do Brasil, Nelson Sodré busca mapear o desenvolvimento jornalístico no Brasil desde sua origem. Segundo Sodré o período colonial brasileiro seria marcado por um grande controle do material impresso que circulava no Brasil, não sendo de interesse da coroa portuguesa a formação de uma população letrada e consciente de sua situação enquanto colônia. A coroa se esforçaria para censurar qualquer livro, folheto ou periódico contrário aos seus interesses encontrado no Brasil, o que, contudo, não impediria o contrabando e a entrada ilegal destes documentos em território nacional (SODRÉ, 1999).

Contudo, com o advento do século XIX, esta situação se alteraria. Como afirma Sodré, a abertura dos portos brasileiros verificados no início deste século, em especial com a

¹ Acadêmico do curso de História da UFF, orientado como pesquisador voluntário pela Prof. Dr. Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca. Contato: mb.dettmann@bol.com.br.

chegada da coroa portuguesa no Rio de Janeiro, permitiram o surgimento efetivo de periódicos impressos em terras brasileiras. De fato, o surgimento da *Gazeta do Rio de Janeiro* em 1808, um periódico dedicado a divulgação de notícias da corte, marcaria o início definitivo da imprensa no Brasil. Se verificaria a partir desta data, a fundação de uma grande quantidade de jornais no Brasil (SODRÉ, 1999).

Como afirma Sodré, desde seu principio estes periódicos brasileiros já eram amplamente utilizados como uma ferramenta política seja demonstrando apoio ou oposição às decisões da Corte no Rio de Janeiro (SODRÉ, 1999). Uma situação que se manteria mesmo com as tentativas da corte para suprimir os meios de imprensa contrários a sua política. Este uso da imprensa como meio de ação política se espalharia amplamente pelo território brasileiro durante o século XIX, refletindo as intensas mudanças sociopolíticas vivenciadas no Brasil neste século.

Assim, é inquestionável a importância adquirida pelos jornais e periódicos no quadro político brasileiro do século XIX. Esta importante ferramenta de comunicação não apenas permitia a veiculação de ideias e pensamentos das mais variadas formas dentro do território, como muitas vezes poderia tomar um caráter convocatório, buscando reunir parcelas da população em torno de uma causa política, e incentivando também a polemica, proporcionando um verdadeiro embate ideológico em suas paginas.

O fato é que a popularização das tipografias que se dedicavam à impressão de jornais dedicados à divulgação de ideologias e de debates políticos permitiu a organização e divulgação de forma muito mais abrangente de ideais de cunho políticos, tanto favoráveis quanto contrários ao modelo de governo existente no Brasil neste momento (SODRÉ, 1999). Assim, o numero de jornais, tanto favoráveis ao governo quanto de oposição, aumentou de forma significativa durante o século XIX.

Estes jornais, longe de serem meros espectadores imparciais dos reveses políticos vivenciados no país, constituíam uma ferramenta política de grande poder. Alcançando um publico muito mais abrangente, a atividade tipográfica permitiu que ideais e opiniões políticas alcançassem um numero cada vez maior de leitores e que os jornais se posicionassem como instrumentos convocatórios de participação popular para os movimentos políticos defendidos e encorajados pelo jornal.

Portanto os jornais se tornaram uma ferramenta de grande importância no período de grandes mudanças políticas vivido no século XIX em terras brasileiras. Um dos casos no qual a participação dos jornais na política teve mais peso foi, sem duvida, na Bahia. Durante a década de 1830, jornais federalistas e republicanos contribuíram não apenas para a veiculação destes ideais na população baiana, mas, como salienta Dilton Oliveira de Araújo, para a organização e fortalecimento destes movimentos na província (ARAÚJO, 2010). A distribuição deste ideário contribuiu para a organização de três revoltas de caráter

federalista (1831,1832 e 1833), mas também para o movimento revolucionário conhecido como Sabinada (1837-1838), de caráter federalista e republicano, que obteve controle por um período considerável de tempo da capital da província, Salvador (ARAÚJO, 2010).

Porém, com o fim da Sabinada, o que se seguiu na Bahia foi um período de grande repressão e perseguição aos personagens envolvidos na revolta. Esta forte opressão não pesou apenas sobre as pessoas comprometidas com os movimentos rebeldes, mas também sobre os jornais, que anteriormente tinham sido essenciais para a promoção e o fortalecimento dos ideais federalistas e republicanos frente ao povo baiano. De fato, tamanha repressão e vigilância constante, para com a imprensa rebelde, acabaram promovendo, como lembra Dilton Oliveira de Araújo, uma desarticulação da mesma, que se viu completamente incapacitada de produzir um periódico estável e permanente até 1842 (ARAÚJO,2009). Durante este período, os rebeldes que arriscavam veicular suas ideias o faziam por meio de manuscritos e pasquins colados nas paredes, além de fazerem uso de periódicos de pouca circulação que muitas vezes eram depreciados e subestimados pelos grandes jornais legalistas (ARAÚJO, 2009).

Ao longo destes anos, foi muito difícil para os radicais federalistas e republicanos baianos exporem suas opiniões para a população da província. E até 1843 não apareceria na Bahia nenhum grande jornal radical de cunho federalista e republicano. Em outubro deste ano, surge o *Guaycuru*, o grande propagador de ideias federalistas e republicanas na província da Bahia, durante as décadas de 1840 e 1850, sofrendo constantes ataques de jornais e instituições governamentais, mas também expondo de forma veemente seus ideais muitas vezes radicais (ARAÚJO, 2009).

Segundo Dilton Oliveira de Araujo, a presença do *Guaycuru* durante o segundo reinado na Bahia é de suma importância, pois desmente a visão mais tradicional da historiografia brasileira de que após a repressão da Sabinada e a perseguição aos rebeldes envolvidos, a Bahia teria vivenciado um período sem agitações, como se os ideais republicanos e federalistas tivessem sido expurgados da sociedade baiana (ARAÚJO, 2009). A atuação do *Guaycuru*, como afirma Dilton, mostra que este período de sossego era mais um desejo das autoridades imperiais do que uma realidade.

Assim o *Guaycuru* se posiciona como um porta-voz dos ideais republicanos e federalistas que ainda estavam presentes na sociedade baiana no princípio do segundo reinado, promovendo em suas páginas valores tidos como rebeldes, como democráticos e federalistas. Além disso o jornal também se destacou por realizar constantes ataques ao sistema monárquico vigente, tanto a seus representantes quanto às suas instituições, se tornando uma das grandes ferramentas de oposição política na Bahia do período.

Por conta deste posicionamento de dar voz a estes grupos republicanos e federalistas, o *Guaycuru* se torna uma peça fundamental para se compreender como pensavam estes

grupos ideológicos presentes não apenas na Bahia, mas em muitas outras províncias do império. Através de uma análise das páginas do *Guaycuru* redigidas entre 1843 e 1850, é possível responder a algumas questões sobre estes grupos políticos, como e o que exatamente eles compreendiam por República e Federalismo? Quais seriam suas heranças e exemplos que eles almejavam seguir? Qual seria a visão deles com relação ao imperador e ao governo monárquico? E, finalmente, qual seria o caminho para a implementação deste sistema na sociedade baiana de seu tempo?

O *Guaycuru* e a divulgação de seus ideais

O *Guaycuru*, como afirma Dilton, teve ampla circulação nas cidades de Salvador e Cachoeira, onde as assinaturas e os exemplares podiam ser comprados, entre os anos de 1843 até 1860, porém é notória a existência de assinantes do jornal de diversas outras partes da província baiana, e de outras províncias como Pernambuco (ARAÚJO, 2009). Entretanto, neste trabalho, pretendo focar minha pesquisa no período compreendido entre 1844 e 1848, pela maior proximidade temporal com o período de grande efervescência política vivida pela província da Bahia na década de 1830 e por ser anterior às experiências vividas na Bahia durante a revolução praieira, que ocorreu na província de Pernambuco entre 1848 e 1850, desta forma ainda focando nos efeitos da sabinada e das revoltas federalistas baianas. Os comentários sobre este assunto abrangem os números os número 67 até 514 do jornal, publicados durante a década de 1840, e do exemplar número um até o número 81 do ano de 1850, exemplares estes que se dividem irregularmente entre os anos de 1844 e 1850, quando foram publicados.

Contudo, inicialmente é necessário apresentar certas características a respeito do *Guaycuru*, por exemplo, qual era seu idealizador e qual o seu modelo de impressão ao longo dos anos. Segundo Dilton, o jornal foi idealizado, sobretudo por Domingos Guedes Cabral, um professor gaúcho que já havia trabalhado com publicações jornalísticas radicais de caráter federalista e republicano na década de 30, como o jornal *O democrata* (1833-1836) (ARAÚJO, 2009). Teve também participação direta no levante federalista de 1832, sendo membro da Sociedade Federal da Bahia, provável redator do manifesto-programa deste levante federalista ocorrido em Cachoeira. Foi também identificado como aquele que fez a leitura do documento programático na câmara municipal de cachoeira após a vitória dos rebeldes. Cabral, segundo Dilton de Araujo, também teve grande engajamento nos movimentos que conduziram à sabinada, e posteriormente, durante o período contrarrevolucionário que se firmou na Bahia após 1838, se dedicou à reorganização da imprensa rebelde, até finalmente conseguir criar um periódico estável em 1843, o *Guaycuru* (ARAÚJO, 2009).

O *Guaycuru* inicialmente foi impresso na tipografia de Jose da Costa Villaça entre os anos de 1843 e 1845. Passaria depois a ser impresso na tipografia de E. Pedroza entre 1845 e 1846, e em seguida na tipografia do próprio Domingos Guedes Cabral, de 1846 a 1848. Em 1850 passaria a ser publicado na tipografia de Manoel Feliciano Sepulveda ate meados de 1851. Em 1851, o jornal passou a contar com uma tipografia chamada tipografia republicana do *Guaycuru*, depois simplesmente tipografia do *Guaycuru*. Esta oficina tipográfica seria responsável por todas as impressões de edições de meados de 1851 ate a ultima edição do jornal em 1860.

O *Guaycuru* geralmente continha quatro paginas, divididas em três colunas ate o ano de 1848, quando em sua única publicação durante o ano apresentou quatro colunas, o que seria alterado a partir de 1850, quando o jornal passou a conter as tradicionais quatro paginas divididas em duas colunas cada. Este padrão perduraria durante os anos de 1850, 1851 e 1852, e voltaria a ser modificado em 1856, quando os exemplares voltaram a ser publicados com três colunas por pagina.

Os preços dos exemplares foram alterados ao longo dos anos, sendo a assinatura por cada publicação de 25 números vendida a um preço de 2\$560 réis para assinantes dentro da província da Bahia, e 2\$800 réis para assinantes para assinantes de outras províncias. O exemplar avulso era vendido por 120 réis entre os anos de 1844 e 1845. No ano seguinte a assinatura mensal custava 1\$000 réis, a semestral 5\$500 e a anual 10\$000 réis. Em 1850 o preço da assinatura trimestral chegaria a 3\$000 réis. Os pagamentos sempre deveriam ser feitos antecipadamente na tipografia do jornal.

Alem disso, vale chamar a atenção para a epígrafe que marcaria todos os exemplares do *Guaycuru*, “os princípios são tudo, os homens pouco” que acompanharia todas as edições do jornal, sempre publicada na primeira pagina. Um epigrafe que enaltecia a ética e a honestidade dos redatores do jornal, conferindo assim uma maior credibilidade aos mesmos. Alem disso, em um período de tamanho caos político vivido pela sociedade baiana, levou a uma grande repressão por parte das autoridades aos jornais, que interrompiam suas publicações ou reformulavam seu posicionamento político. Esta epigrafe do *Guaycuru* pode ser entendido ao mesmo tempo como um desafio e uma garantia, um desafio à autoridade, ao afirmar que não importava o que ocorresse, o *Guaycuru* permaneceria fiel a seus princípios republicanos e federalistas, e uma garantia a todos os republicanos e federalistas da Bahia de que o *Guaycuru* se manteria como um porta-voz destes, sem jamais trair seus princípios.

Princípios estes que são evidenciados logo nos primeiros anos de publicação do jornal, com suas constantes críticas à Francisco Jose de Sousa Soares Andreia, presidente designado pelo poder central para a província da Bahia de 1844 à 1846. Durante este período, o presidente Andrea foi duramente criticado pelo *Guaycuru*, que considerava sua

política despótica e tirânica. Então, o jornal aproveitava para apresentar ao leitor a solução para este despotismo e tirania, que só poderia ser resolvido com a implementação de ideais republicanos que não permitissem que um homem se colocasse tão acima dos demais, e de medidas federalistas que permitissem a Bahia se auto gerir e escolher sozinha seus próprios governantes.

O próprio nome dado ao periódico está cheio de significado, e permite ter uma ideia ainda mais ampla dos valores defendidos no jornal. Como já foi afirmado por historiadores como Martha Victor Vieira (2006), a independência do Brasil do reino de Portugal e a subsequente formação do império do Brasil levaram a uma crescente onda de um sentimento antilusitano em terras brasileiras. Segundo Ricardo Luiz de Souza, estes movimentos estão diretamente ligados com a formação de uma nacionalidade brasileira, pois para muitos pensadores brasileiros do século XIX era preciso criar uma nacionalidade tipicamente brasileira, e para isso era preciso romper com certas heranças portuguesas e criar valores brasileiros (SOUZA, 2007).

Uma forte corrente no Brasil do século XIX dedicada a criação desta identidade típica brasileira foi o indianismo. Este movimento encabeçado por pensadores e escritores como Jose de Alencar e Gonçalves Dias propunham um resgate e uma idealização do índio como símbolo heroico do povo brasileiro. Esta corrente de pensamento foi bem aceita por muitos brasileiros antilusitanos, pois era uma forma de negar a origem exclusivamente portuguesa do Brasil e assim diminuir a influência que o reino de Portugal teria sobre a construção da sociedade brasileira. Como salienta Oliveira Filho, esta figura do bom selvagem brasileiro se firma na visão do século XIX como um meio de oposição aos lusitanos e a ideia do Brasil como fruto de Portugal (2016).

Ao se ler os exemplares do *Guaycuru*, é evidente o forte sentimento antilusitano por parte dos redatores do jornal, um sentimento que já era presente nos movimentos republicanos nordestinos desde pelo menos a confederação do Equador, como podemos ver ao nos concentrarmos em estudos sobre Frei Caneca, cujos escritos seriam marcados por um forte sentimento antilusitano (MELLO, 2001). Assim, a escolha de um nome de origem indígena não foi feita ao acaso, mas parece estar diretamente ligada ao movimento indianista e ao antilusitanismo que o jornal tão fortemente divulgava, inclusive, muitas vezes, culpando os portugueses por uma série de males e problemas do Brasil do século XIX.

Este sentimento antilusitano, que não foi raro no Brasil do século XIX, teve ocorrência não somente no nordeste, mas amplamente disseminado nas mais distantes províncias brasileiras, onde também tivemos criação de jornais que abordavam a temática. De fato, como salienta Martha Victor Vieira (2006), as primeiras décadas do Brasil independente seriam marcadas por uma intensa rivalidade entre brasileiros natos e imigrantes de origem lusitana, rivalidade esta motivada tanto por questões políticas quanto econômicas e que

resultaria em uma série de conflitos e movimentos antilusitanos, motivados principalmente por brasileiros que se sentiam prejudicados pelo domínio dos portugueses em áreas como o comércio, por exemplo.

Contudo, embora a temática antilusitana tenha sido recorrente nas edições do *Guaycuru*, devemos lembrar que o periódico foi concebido para dar voz aos ideais republicanos e federalistas na Bahia pós-sabinada, sendo o antilusitanismo um tema importante, mas secundário para o real objetivo do jornal. Dessa forma, no presente trabalho não iremos nos aprofundar mais nesta questão, mas sim nos valores republicanos e federalistas expressos no *Guaycuru*.

Tratando de forma mais específica, sobre as ideias expressadas pelos redatores do jornal em suas páginas, é importante ressaltar estes homens não estavam isolados do restante do mundo, assim algumas características de seu pensamento podem ser tomadas como características típicas de pensadores políticos do século XIX. Uma destas qualidades que podemos encontrar nos exemplares do *Guaycuru* é a crença no progresso da humanidade, que pode ser encontrada tanto em pensadores da corrente positivista como Auguste Comte, quanto nos escritos de cunho comunista de Karl Marx e que marcaria o pensamento do século XIX. Estes homens da sociedade baiana acreditavam que a sociedade humana estaria destinada a progredir até uma sociedade próspera justa e igualitária, sociedade esta que para estes só poderia ser alcançada através da adoção de um sistema republicano federalista.

Estes homens acreditavam que o caminho para a plena prosperidade só poderia ser através do sistema republicano, pois era o único que consistia em uma ampla participação e representabilidade popular, qualquer outra forma de governo acabaria por conduzir ao despotismo. Por sua vez o despotismo e a tirania somente poderiam levar a anarquia e revolução, visto que se o povo fosse governado por um poder que não o representasse, este povo não reconheceria a autoridade deste governo e em algum momento se rebelaria contra este.

Em seus argumentos, o *Guaycuru* inclusive utiliza diversos exemplos não somente para mostrar os benefícios que um sistema republicano traz, mas também para responder aos redatores de jornais legalistas baianos que afirmavam que um regime de caráter democrático só poderia levar a anarquia, inclusive acusando os redatores do *Guaycuru* de serem anarquistas em mais de uma ocasião. A estas afirmações, o *Guaycuru* responde com exemplos, como o exemplo dos gregos, que em seus tempos democráticos vivenciaram um dos períodos mais esplendorosos de toda a história humana, e agora submetidos ao despotismo turco estariam fadados à miséria, ou ainda os exemplos de Holanda, Veneza e Suíça, países que foram grandes enquanto repúblicas e miseráveis durante seus períodos monárquicos (GUAYCURU, p.2, 15 dez. 1844).

Contudo, se tratando de exemplos a ser seguidos, sem dúvida, o mais elogiado e recomendado pelo *Guaycuru* seria o sistema republicano dos EUA. Enquanto os jornais realistas enalteciam a força e a suposta prosperidade vivenciada durante as monarquias europeias, o *Guaycuru* afirma que esta grandeza não era vivenciada pela população europeia, uma vez que a população destes países era escravizada por um regime tirânico, ou seja, teria sido um período de miséria para o povo e riqueza e prosperidade para poucos. Além disso, os jornais legalistas afirmam que as novas nações que se formam no continente americano estavam longe de ser um exemplo a ser seguido pelo Brasil, uma vez que se constituíam em uma série de repúblicas caóticas e anárquicas (GUAYCURU, p.2,15 dez.1844).

O *Guaycura* se mostra um periódico muito mais favorável ao lado político americano. Para o *Guaycuru*, a monarquia era uma influência europeia herdada da exploração colonial que somente servia para manter as populações que ainda a vivenciavam nas trevas (GUAYCURU, p.1,1 ago.1845). Para os redatores do jornal o caminho das nações americanas rumo à prosperidade somente poderia ser a república, seria preciso romper as amarras do despotismo e do controle europeu para que estas nações finalmente emergissem como nações independentes e verdadeiramente prosperas. Dentro desta defesa das repúblicas americanas, notamos uma grande defesa feita pelo *Guaycuru* da confederação argentina, que durante o governo do general Rosas, se via tendo que lidar com um grande conflito interno e interferência estrangeira de Inglaterra e França (GUAYCURU, p.1,31 dez.1844).

Para o *Guaycuru*, o regime de Rosas era justo e correto, não somente mantendo um regime republicano com representação popular, mas garantindo uma liberdade verdadeira as províncias pelo sistema confederado. Para eles a Argentina seguia o caminho correto para as nações americanas, e a intervenção europeia nada mais era do que uma tentativa de impedir a ascensão do continente americano e sua plena liberdade, tentando forçar as nações americanas ao papel de subordinadas das potências europeias (GUAYCURU, p.1,8 jan.1845). Assim, o *Guaycuru* não somente defende o governo de Rosas em diversas ocasiões como ainda condena fortemente o desrespeito mostrado pelas potências europeias para com a autonomia americana.

Para os redatores do *Guaycuru*, o governo deveria ser legitimado pelo povo, que por sua vez só concederia esta legitimidade se sentisse que este governo representava seus interesses (GUAYCURU, p.1,1 ago.1845). Assim para eles, o único governo legítimo e produtivo seria aquele cujo poder emanasse do povo. Desta forma, o poder público deveria ser uma representação dos interesses populares, condição que só seria possível através de um sistema representativo no qual os cidadãos pudessem eleger os seus representantes, homens que representassem seus interesses e necessidades, ou seja através de um

sistema republicano que rompessem as amarras herdadas do velho mundo e permitissem ao Brasil seguir o exemplo de tantas outras nações americanas e galgar o caminho do progresso rumo a uma sociedade de prosperidade e de ordem (GUAYCURU, p.1,1 ago.1845).

Embora os redatores do *Guaycuru* fossem, sem dúvidas, homens de uma ideologia política diferenciada de muitos outros pensadores políticos brasileiros do período, não podemos esquecer que mesmo estes republicanos baianos tinham características que compartilhavam com outros pensadores de seu tempo, neste caso é possível ressaltar na visão política empregada no *Guaycuru* uma busca e uso da racionalidade, uma marca dos pensadores políticos do século XIX. Estes homens não defendiam a democracia por acreditarem que fosse uma vontade divina ou para preservar privilégios, mas porque acreditavam, apoiados em grande parte nos ideais iluministas, que este seria o sistema político mais racional e lógico e, portanto, o melhor a ser adotado pelas novas nações modernas e livres da América (GUAYCURU, p.1,1 ago.1845).

Então, para os pensadores do *Guaycuru* uma destas nações onde a monarquia e o despotismo eram fortes estaria condenada a rebeliões e ao caos, visto que não exerceriam a representação popular necessária. Dentre estes governos errôneos, que somente poderiam conduzir a decadência, estava o governo brasileiro e baiano da época, um governo monárquico (GUAYCURU, p.1,20 jul.1845). Para estes republicanos, a simples existência de um imperador já era símbolo do despotismo e do conseqüente atraso vivenciado pela sociedade brasileira, que ao invés de gozar da plena liberdade e prosperidade garantidas pelo progresso do sistema republicano, estariam presos a condição de servidão e de ineficiência política herdadas do período colonial e do sistema despótico português. Além disso, a existência de um poder moderador instituído pela constituição de 1824 agravava ainda mais a situação brasileira, já que dava poderes de intervenção ao imperador nos poderes judiciário, legislativo e executivo, o que conferia uma autoridade suprema e tirânica ao imperador.

Porém, a crítica destes republicanos a monarquia brasileira não se limitava a figura do imperador. Para os redatores do *Guaycuru*, uma reforma política urgente deveria ser feita no país para evitar o caos anárquico a que o despotismo condenava a nação (GUAYCURU, p.1,8 jan.1845). Primeiramente, era vital que uma Assembleia Constituinte fosse convocada, de modo a escrever uma nova constituição, que similar ao modelo estadunidense, garantisse a independência dos poderes executivo, legislativo e judiciário e a autonomia destes dentro de suas respectivas jurisdições, e que garantisse as liberdades individuais dos cidadãos brasileiros.

Outra faceta duramente criticada pelo *Guaycuru* da monarquia brasileira eram os ministros imperiais, que segundo o jornal eram um bando de bajuladores facciosos

(GUAYCURU, p.1,8 jan.1845). Segundo os republicanos, estes políticos, longe de representar os interesses do povo, dedicavam seu tempo e energia a concordar com tudo que fosse proposto pelo imperador e a manter a si mesmo e a sua facção política no poder, criando assim uma instituição administrativa que somente representava seus próprios interesses. De fato, o jornal chega a comparar esta classe política com personagens do cenário político francês de fins do século XVIII e principio do século XIX, que se declaravam seguidores reais da monarquia, depois prestaram homenagem a revolução e por fim se declararam partidários de Napoleão, num episodio que mostra como claramente estes homens não tinham o desejo de buscar o melhor para a França ou defender suas ideologias, mas antes de mais nada buscavam preservar sua posição no poder, não importando os rumos políticos que a França tomasse.

Segundo o *Guaycuru*, esta era exatamente a posição de uma grande parte do ministério imperial, cujos componentes estavam mais preocupados em se manter em seus cargos do que em verdadeiramente representar a população. Em particular é possível notar uma crítica aos parlamentares originários da Bahia que segundo o jornal não faziam nada para evitar os absurdos que eram feitos contra a província pelo governo imperial brasileiro.

Na realidade, o próprio sistema de formação das câmaras deveria ser reformado, visto que o sistema eleitoral do período, o voto censitário, era um sistema excludente, que longe de garantir a plena representação da população, contribuía apenas para manter as mesmas facções no poder. Assim, por meio de um sistema eleitoral que abrangesse uma parcela maior da população brasileira e que concedesse representação igual a todas as províncias, seria possível montar uma câmara dos deputados e um senado que representassem a vontade popular e assim garantissem a ordem e a prosperidade do governo.

Porém, não bastava apenas que se adotasse um governo republicano, deveria ser adotado um sistema republicano federalista, similar ao adotado nos EUA, México e na Guatemala (GUAYCURU, p.1,1 ago.1845). Era necessário, portanto garantir a soberania das províncias dentro de seus territórios, ou seja, dar autonomia as províncias para se autogovernar em determinadas jurisdições chaves, caso contrario o representante do poder executivo nacional poderia tomar um poder exagerado para si, ou um estado poderia sobrepujar os outros utilizando o poder central (GUAYCURU, p.1,1 ago.1845).

Neste ponto, é possível verificar uma notória influência de intelectuais estadunidenses no pensamento dos redatores do *Guaycuru*. Em especial se torna evidente a influência de Alexander Hamilton, James Madison e John Jay, homens responsáveis pela elaboração dos chamados “Federalist papers”, uma serie de ensaios publicados entre 1787 e 1788, que defendiam a adoção do modelo federalista pela nova nação dos EUA. 77 dos 85 artigos e ensaios foram publicados no *The independent journal* e no *The New York packet*, ate serem publicados todos os 85 escritos em dois volumes intitulados “The Federalist: A Collection of

Essays, Written in Favour of the New Constitution, as Agreed upon by the Federal Convention, September 17, 1787” (KRAMNIC, 1993).

Não há dúvida sobre a influência destes pensadores estadunidenses sobre o pensamento dos republicanos baianos, que consideravam os EUA um modelo a ser seguido, pois se tratava de uma nação republicana e totalmente americana, ou seja, sem a vil influencia do absolutismo do velho mundo, e que prosperava. Além disso e notória a presença de escritos dos próprios pensadores estadunidenses, com destaque para Alexander Hamilton nas publicações do *Guaycuru*, e seus textos defendendo e explicando o funcionamento de uma nação federalista (GUAYCURU, p.1,1 ago.1845).

Uma questão que toca em um dos pontos principais das reivindicações dos republicanos baianos, autonomia para as províncias dentro de seu território. Um dos grandes desejos dos republicanos baianos era de terem o direito de se autogerir, de criar leis próprias, ter seu sistema jurídico autônomo na província e poder eleger seus representantes na administração provincial, que até o momento era um cargo concedido pelo poder central do imperador (GUAYCURU, p.1,17 set.1845). Talvez este fosse o maior defeito do governo imperial para estes republicanos que consideravam abominável que homens que nada conheciam da Bahia e igualmente desconhecidos pela sua população a governassem, isto levava a uma situação que somente poderia levar a uma ineficiência política e a revoltas populares, visto que este governo não representaria os interesses populares da sociedade baiana.

A questão da autonomia provincial era um dos mais críticos do período, já que o governo central acreditava que, em um período que o império brasileiro havia passado por diversas revoltas e movimentos separatistas, conceder maior autonomia as províncias só conduziria a mais tentativas de secessão e a uma anarquia generalizada, e que, portanto a única forma de manter a paz, a ordem e a união seriam pela centralização do poder e enfraquecimento dos poderes locais. Porém, o *Guaycuru* em uma serie de exemplares do ano de 1845, nos quais se propõe a explicar o sistema federalista, afirma que este sistema, longe de levar a anarquia e a secessão, levaria a mais plena união e ordem nacional.

Segundo o jornal, um governo que buscasse uma centralização pela força e supressão dos interesses locais é que conduziria à revoltas provinciais e movimentos separatistas. Por outro lado, um governo que garantisse a liberdade, independência e autonomia provincial, e assim permitisse aos cidadãos das províncias elegerem administradores que representassem seus interesses, levariam a uma aceitação deste governo por todas as populações de todas as províncias, que levaria uma união muito mais plena e coesa das províncias entre si e com o poder central (GUAYCURU, p.1,17 set.1845).

Assim, o sistema republicano federalista seria o caminho mais corretos a se seguir, garantindo uma plena representação popular e liberdade provincial que longe de levar a

anarquia levaria a uma união bem mais forte e coesa da nação (GUAYCURU, p.1,3 out.1845). Neste caminho, obviamente, os EUA eram o grande exemplo a ser seguido na visão destes republicanos baiano, porem ainda podemos destacar o já mencionado apoio e elogios feitos pelo jornal ao governo confederado argentino. Contudo, cabe lembrar que o ideal do *Guaycuru* se insere dentro do forte movimento federalista vivenciado no Brasil do século XIX, já abordado por autores como Dolhnikoff (DOLHNIKOFF, 2005).

Neste ponto é interessante retornar aos acontecimentos vivenciados na Argentina, o conflito entre republicanos unitários e republicanos federalistas que regeu uma serie de conflitos durante o governo de Rosas. Em seus comentários sobre o conflito, mais uma vez notamos a preferência do *Guaycuru* pelo sistema federalista, ao afirmar que os unitários, ou selvagens unitários como o jornal os definem, apenas querem construir uma nação injusta e despótica, onde uma pequena parcela da população argentina teria representação e o restante do país seria submetido a um tirânico controle centralizador sem representação no governo argentino, enquanto sistema federalista garantia a autonomia, liberdade e representação de todo o território argentino, sendo sem duvida o caminho correto a ser tomado, não somente pela Argentina, mas por todas as nações que surgiam na América (GUAYCURU, p.1,8 jan.1845).

Já sobre a forma como estas ideias eram abordadas no jornal, por mais radical que fosse o periódico, muitas vezes seus redatores eram obrigados a serem sutis na proclamação de seus ideais republicanos, se declarando republicanos, mas alegando que seu maior desejo seria a preservação da ordem, ou seja, da integridade imperial, que só poderia ser alcançada com a incorporação de valores republicanos ao império brasileiro. Assim em muitas ocasiões, os republicanos baianos evitavam fazer críticas diretas à figura do imperador, que poderiam fazer do jornal vitima da forte repressão ainda existente na Bahia pós-Sabinada, preferindo criticar as estruturas do governo imperial e os encarregados da administração nacional e provincial, tanto os ministros do império quanto os governadores da província da Bahia, com destaque para os sucessivos ataques ao presidente Andrea entre 1844 e 1846.

Além disso, a narrativa do *Guaycuru* esta cheia de exemplos de países que haviam adotado o modelo republicano e prosperavam, com destaque, como já foi dito, para o exemplo estadunidense, um exemplo contemporâneo e genuinamente americano, que para os republicanos baianos era o grande modelo a ser seguido no Brasil. Porem, tamanho cuidado e precaução não evitariam do jornal e seus idealizadores serem vitimas de processos judiciais por três vezes, o primeiro logo no primeiro ano de sua publicação, e os outros dois nos ano de 1846, sendo absolvido em todas as três (ARAÚJO, 2009).

Porém, este movimento ideológico não era uma exclusividade da província da Bahia. A província de Pernambuco, alcunhada de pátria de Caneca e o leão do norte pelo

Guaycuru, tinha um movimento republicano e federalista igualmente forte, uma herança da revolução republicana de 1817 ocorrida na província, e de um forte movimento que encabeçara a Confederação do Equador, que tivera sede em Pernambuco (GUAYCURU, p.1,8 jan.1845). Além disso, Pernambuco fora o lar de alguns dos republicanos de maior destaque do período imperial brasileiro, dentro os quais é digno de destaque Frei Caneca. Toda esta tradição republicana pernambucana também se manteria viva através de uma imprensa radical própria, com destaque para o periódico *O Nazareno*, jornal pernambucano de forte posição republicana e federalista, que manteve durante muitos anos uma relação de aberta cumplicidade e cooperação com o *Guaycuru*, com ambos os jornais diversas vezes enaltecendo e defendendo um ao outro e transcrevendo em suas paginas trechos do periódico companheiro de causa (GUAYCURU, p.1,8 jan.1845). Esse fato mostra que longe de ser um movimento isolado, o movimento republicano não tinha somente raízes na Bahia, mas em outras províncias também.

Portanto, os homens envolvidos na publicação do *Guaycuru* eram republicanos e federalistas convictos que acreditavam que a única forma de se alcançar a prosperidade, a ordem e o progresso seria pela adoção de um sistema republicano federalista, que nos moldes iluministas, se baseasse no uso da razão e na representabilidade popular. Estes homens utilizaram *O Guaycuru* como uma ferramenta de propagar este ideal na população baiana e tentar levar a uma mobilização popular que levasse a incorporação imediata de propostas republicanas e federalistas a realidade política brasileira, permitindo assim a sociedade brasileira gozar, finalmente, de uma liberdade e prosperidade duradouras.

Considerações finais

O período posterior à sabinada seria marcado por uma forte perseguição aos periódicos que divulgavam ideais republicanos e federalistas, que haviam sido tão importantes na mobilização e incentivo das recentes revoltas vividas na província da Bahia. Esta política por parte das instituições governamentais, e apoiada pelos periódicos que apoiavam o governo, contribuiu para uma grande desarticulação desta imprensa rebelde que até então tinha grande influência nos acontecimentos vividos na província.

Contudo, mesmo frente a esta forte repressão, em 1843 surge o *Guaycuru*, um jornal dedicado a expor as falhas e criticar abertamente não somente as políticas adotadas pelo governo da província baiana, mas que visava também mostrar a inviabilidade de todo o sistema político imperial. O *Guaycuru* pretendia assim apresentar motivos racionais de porque o sistema republicano federalista deveria ser adotado, em detrimento de uma organização política tão falha como a vivenciada no início do segundo reinado.

Assim, o *Guaycuru* se posicionaria como o grande disseminador destas ideias rebeldes na província da Bahia. Seus exemplares não somente negavam a idéia perpetrada

por seus opositores de que os republicanos eram anarquistas arruaceiros que somente intentavam provocar caos e instabilidade na província, como defendiam que o modelo republicano federalista seria o único caminho viável para garantir uma verdadeira paz e estabilidade duradoura não somente na província baiana, mas em todo o território imperial.

Assim, segundo a visão política divulgada pelo periódico, uma sociedade somente poderia alcançar seu pleno desenvolvimento com um sistema político que representasse amplamente a vontade popular, evitando assim que a população se revoltasse contra o governo, um caminho inevitável para os governos despóticos e sem representabilidade popular. Dessa forma, o *Guaycuru* defende de modo racional e com exemplos a superioridade do sistema republicano frente às monarquias vividas na Europa e no Brasil.

Contudo, o *Guaycuru* não defendia apenas a adoção de um sistema republicano, mas especificamente de um sistema republicano federalista. Segundo o jornal um governo central, mesmo de viés republicano, que oprimisse as províncias somente poderia levar a conflitos e anarquia. Dessa forma somente através de um modelo representativo que respeitasse a autonomia provincial a Bahia e o Brasil conseguiriam se tornar verdadeiramente desenvolvidos e modernos.

Por fim, é de grande importância salientar que embora estes homens responsáveis pelo *Guaycuru* tenham se constituído nos bastiões da defesa do republicanismo e do federalismo na Bahia pós-sabinada, eles estão incluídos em um contexto mais amplo. Ideais federalistas e republicanos também eram defendidos e divulgados em outras províncias do próprio império brasileiro, inclusive na província de Pernambuco, onde o periódico *Nazareno* exercia o mesmo papel de defesa dos ideais federalistas e republicanos.

Assim, ao mesmo tempo em que os redatores do *Guaycuru* são baianos lutando pelo que eles acreditam ser o melhor para sua província, eles também são típicos homens do século XIX, buscando soluções racionais para o quadro político baiano e brasileiro. Pois para estes homens a adoção do sistema republicano e federalista se tratava de uma necessidade para as nações que não quisessem viver no caos e anarquia que o despotismo promovia.

Bibliografia

ARAÚJO, Dilton O. **O tutu da Bahia**: transição conservadora e formação da nação, 1838-1850. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2009

ARAÚJO, Dilton . **Política e imprensa na Bahia do período pós-Sabinada**. In: FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; CORREA, Maria Letícia. (Org.). **200 anos de imprensa no Brasil**. 1ed.Rio de Janeiro: Contra Capa, 2010, v. 1, p. 121-144.

DOLHNIKOFF, M. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. 1a.. ed. São Paulo: Globo, 2005. v. 1. 336p.

KRAMNICK, Isaac. Apresentação. In: MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **Os Artigos Federalistas**. Apresentação: Isaac Kramnick; tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

MELLO, Evaldo Cabral de. Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. São Paulo: 34.2001.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação"**, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, R. L.. Abandonando a Europa: **Araripe Júnior e a identidade nacional**. Estudos de Sociologia (São Paulo) , v. 22, p. 11-26, 2007.

VIEIRA, M. V. . **Antilusitanismo, naturalização e disputas pelo poder no Primeiro Reinado**. Métis (UCS) , v. 5, p. 87-99, 2006.